

Comunistas desejam ter parlamentarismo

ANC

anc

Implantação de um parlamentarismo misto, mandato de quatro anos para o presidente da República, criação de um Conselho de Ministros, extinção do Senado Federal e limitação do papel das Forças Armadas à defesa contra agressões externas à soberania nacional. Estas são algumas das propostas comuns tanto ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) quanto ao Partido Comunista do Brasil (PC do B). As propostas estão sendo enviadas à Mesa da Constituinte, sendo que o PCB chegou a reunir as suas sugestões no documento "Novos Rumos — Constituição Nova para o Brasil — proposta para a Constituinte".



ANC 88
Pasta 16 a 23
Abril/87
045

Enquanto o deputado Fernando Santana (PCB-BA) afirma que com as propostas o seu partido quer apenas "modernizar" a Constituição, e não transformar o Brasil em um estado socialista, o líder do PC do B na Câmara, Haroldo Lima (BA) prefere ressaltar que sua bandeira é favorável à realização de um plebiscito popular para os temas polêmicos — como o aborto e a definição do papel das Forças Armadas, entre outros —, antes que eles sejam definitivamente consagrados na nova Carta Magna.

O teor das propostas dos dois partidos comunistas é praticamente o mesmo. Diferem, apenas, em alguns aspectos. No capítulo dos direitos políticos, por exemplo, o PCB defende o voto para os maiores de 16 anos, "reservadas as exceções previstas na Constituição". O PC do B é a favor do voto aos 18 anos, mas estende o direito aos soldados, cabos e marinheiros, além dos analfabetos.

Outra pequena diferença: o PCB propõe o alistamento militar obrigatório, independente de sexo. Mas o PC do B limita o alistamen-

to das mulheres àquelas que o desejarem fazê-lo. E, no capítulo referente à assiduidade parlamentar, o PCB quer que, no caso de ausência não justificada de um deputado durante mais de cinco sessões por mês, contínuas ou intercaladas, será retirada a trigésima parte do seu subsídio mensal por sessão ausente. Mais rígido, o PC do B é a favor da perda do mandato, com substituição pelo suplente, do deputado que faltar a mais de oito sessões, sem justificativa.

Os dois partidos concordam em um ponto: o Legislativo e o Judiciário precisam ser fortes e independentes. Porém, enquanto o PCB sugere duas cadeiras para representantes de comunidades indígenas no Congresso, o PC do B quer instituir na Casa uma representação classista do operariado e do campesinato, "na base de um operário e um camponês por estado".

A não-adoção da pena de morte, direito à liberdade de informação e de pensamento, fim da censura e sindicalização dos servidores públicos são pontos defendidos, igualmente, pelo PCB e PC do B. Os dois partidos têm propostas que coincidem, ainda, quanto à legalização do aborto (são favoráveis).



Fernando Santana, do PCB



Haroldo Lima, do PC do B